



Ministério Público Federal  
5ª Câmara de Coordenação e Revisão

# Informativo 5ª CCR

ANO XI, EDIÇÃO 197

06 DE AGOSTO DE 2012

O MPF atua no combate à improbidade administrativa e em defesa da integridade do patrimônio público.

## MPF DIVULGA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Exemplos da atuação nos Estados

Com o objetivo de aproximar o MPF do cidadão foram distribuídos, no dia 29 de junho, exemplares da cartilha elaborada pela 5ª CCR em comemoração aos 20 Anos da Lei Contra a Improbidade Administrativa. Esses exemplares foram enviados a todas as unidades de primeira e segunda instâncias, que os distribuíram à sociedade.

“Promulgada no dia 2 de junho de 1992, a lei de improbidade administrativa representou um grande avanço no combate aos atos de corrupção e na defesa do patrimônio público. Os atos de improbidade administrativa são aqueles que violam a ética pública, praticados por agente público contra entidade pública ou que tenha sido criada ou custeada com dinheiro público. Outra grande virtude dessa lei é que ela pode ser aplicada também ao particular que tenha praticado o ato de improbidade juntamente com o agente público, ou dele tenham se beneficiado, ou ainda, tenham induzido o agente a praticá-lo.” (ASSCOM PR/SP).

As unidades do MPF utilizaram diferentes formas de abordagem para a distribuição das cartilhas, e integraram a essa distribuição outras atividades para divulgação da Lei. A 5ª CCR recebeu diversos relatos das experiências vividas por procuradores e servidores que participaram dessas ações, que em sua maioria foram muito bem sucedidas. Um exemplo é o ocorrido na PRM Juiz de Fora/MG, onde, conforme informado pelo procurador da República André Luiz Tarquinio da Silva Barreto, as cartilhas foram distribuídas nos locais de maior circulação do município e recebidas com entusiasmo pela maioria das pessoas.

O procurador da República Thiago Lacerda Nobre, da PRM



Capa da Cartilha em Comemoração aos 20 Anos da Lei Contra a Improbidade Administrativa

Jales/SP, enviou as cartilhas para prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de cidades próximas, buscando com isso a integração dos esforços do MPF com essas autoridades. O prefeito de Jales, Humberto Parini, ainda solicitou ao MPF mais cartilhas para que pudessem ser entregues aos habitantes do município.

Em Porto Alegre, dois procuradores e seis servidores da PR/RS foram até uma praça no centro da cidade e montaram uma mesa e um banner do MPF para a distribuição das cartilhas. Segundo relato dos procuradores da República Mark Torronteguy Núñez Weber e Marcia Noll Barboza “cerca de 70% se interessaram pela cartilha e cerca de 50% demonstraram reconhecimento da importância da atividade. De 20% a 30% tinham idéias a compartilhar. Distribuímos 300 cartilhas em cerca de 1h20min. Nossa impressão foi de êxito, excelente receptividade da população.” Dentre as ideias sugeridas pela população, destaca-se a distribuição de material semelhante às cartilhas nas escolas e

universidades.

Na PR/SP, além de disponibilizar versão eletrônica da cartilha, foram colocados exemplares na recepção da sede da Procuradoria e em outras 25 unidades no estado. Outras ações em comemoração aos 20 anos da Lei Contra a Improbidade Administrativa estão programadas para acontecer no segundo semestre deste ano. Essas ações estão voltadas para a multiplicação do conhecimento e a divulgação dos meios de combate à improbidade administrativa. Entre setembro e outubro o MPF em SP realizará um curso para a formação de agentes multiplicadores, que contemplará principalmente líderes comunitários. Com isso espera-se que as informações sobre a Lei sejam disseminadas. A Assessoria de Comunicação do MPF-SP ainda divulgará o link para a cartilha em todas as matérias de divulgação que envolvam ações contra improbidade administrativa.

Ação também interessante foi desenvolvida na PR/AL, pelo procurador da República José Godoy Bezerra, que concedeu entrevista ao Jornal Pajuçara Manhã da TV Pajuçara, filiada da Rede Record. Na entrevista o procurador teve a oportunidade de falar sobre a Lei, explicar o que é improbidade administrativa e discutir um pouco sobre a atuação do MPF no estado de Alagoas. Confira o vídeo com a entrevista [aqui](#).

Diante de todas as ações desenvolvidas, o dia 29 de junho ficou conhecido como o 'Dia de Mobilização do MPF pelos 20 Anos Contra a Improbidade Administrativa'. A 5ª CCR agradece a todos os membros e servidores envolvidos nesse trabalho de conscientização e disseminação de informações para a sociedade.

Leia a Cartilha no [site da 5ª CCR](#).

### NESTA EDIÇÃO:

- 20 anos da Lei Contra a Improbidade 1
- Acordo para Realização de Perícias 2
- Ministério Público Ação Nacional 2
- Programa Terra Legal 2
- Segunda Sessão Ordinária da 5ª CCR 3
- Planejamento Temático da 5ª CCR 3
- 5ª CCR e ESMU 3
- Base de Dados 4

## 5ª CCR Firma Acordo para Realização de Perícias

No dia 28 de junho a Coordenadora da 5ª CCR, Denise Vinci Tulio, participou de reunião com o Corregedor-Geral da Polícia Federal, Cláudio Ferreira Gomes, e seu assistente, Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva, com a finalidade de contornar impasse acerca da realização de perícias de natureza cível solicitadas pelo Ministério Público Federal.

A justificativa do Departamento da Polícia Federal

para negar as solicitações do MPF baseia-se no Parecer CEP/CGLEG/CONJUR/MJ nº 21/2010 que refere-se à ausência de atribuição legal do DPF para a realização de diligências periciais nessa seara.

Como resultado da reunião, definiu-se acordo a respeito da atuação de peritos federais no atendimento às demandas que objetivam a instrução de procedimento apuratório de natureza

não-penal. O Corregedor-Geral comprometeu-se a receber os pedidos, em caso de extrema relevância e urgência, encaminhados pela 5ª CCR que procederá à análise desses requisitos.

Destaca-se que a participação do Corregedor-Geral do MPF, Eugênio Aragão, foi de extrema importância na solução do impasse.

### Corregedora do CNJ Convida Coordenadora da 5ª CCR para Reunião

A Coordenadora da 5ª Câmara, Denise Vinci Tulio, foi convidada pela Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, para participar de reunião a respeito da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – REFFSA.

A reunião acontecerá no dia 08 de agosto do corrente ano, na sede da Corregedoria Nacional de Justiça.



Reunião com a Corregedoria-Geral da Polícia Federal

## Ministério Público - Ação Nacional

A 5ª Câmara indicou o procurador da República no estado de Rondônia, Reginaldo Pereira da Trindade, para participar, como representante da área do Patrimônio Público, do evento Ministério

Público – Ação Nacional que acontecerá em Rondônia, nos dias 08 e 09 de agosto, e contará com a participação de procuradores da República e procuradores regionais da República, além de membros do Ministério Público Estadual.

O evento visa a difundir o Banco Nacional de Projetos com o objetivo de incentivar e compartilhar o conhecimento e as boas práticas que já estão sendo desenvolvidas institucionalmente dentro dos ramos do Ministério Público.

## Programa Terra Legal

No dia 03 de agosto, o GT Terras Públicas reuniu-se no edifício da Procuradoria Geral da República, em Brasília. A reunião tratou de temas afetos ao Programa Terra Legal, destinado à regularização fundiária de terras públicas na Amazônia Legal. Foram discutidos pontos relacionados com a metodologia de elaboração de planilhas de preços referenciais de terras, proposta pelo INCRA, a ser utilizada na valoração dos imóveis rurais alienados por meio do programa. Os trabalhos são coordenados pelo Dr.

Marco Antônio Delfino de Almeida - PRM Dourados/MS, e fazem parte das ações implementadas pelo GT Terras Públicas. A Divisão de Engenharia Agrônoma - 5ª CCR tem assessorado o membro coordenador dos trabalhos nas discussões temáticas realizadas, e, ainda, por meio de análises técnicas das metodologias apresentadas pelo INCRA, visando à preservação do patrimônio público.

A reunião contou com a participação de representantes do MPF e do INCRA.



foto: MPF: Dr. Marco Antônio Delfino de Almeida, André Gustavo de Sousa Rocha,, Bruno Carramaschi Borges  
INCRA: Emerson Luis Schmidt, José Dumont

## Segunda Sessão Ordinária da 5ª CCR com a Nova Composição

Nesta segunda-feira, 06 de agosto, foi realizada na sala de reuniões da 5ª CCR a segunda sessão ordinária da Câmara com a nova composição para o biênio 2012-2014. A Reunião contou com a participação de todos os membros, titulares e suplentes, e nela foram analisados aproximadamente 650 procedimentos.

No dia 27 de junho de 2012, através da portaria PGR nº 363, foram nomeados os seguintes membros para a 5ª Câmara:

• Denise Vinci Tulio, Subprocuradora-Geral da República - Coordenadora;

• Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Subprocurador-Geral da República, Membro Titular;

• Antônio Carlos Pessoa Lins, Subprocurador-Geral da República, Membro Titular;

• Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, Procuradora Regional da República, Membro Suplente;

• Sérgio Monteiro Medeiros, Procurador Regional da República, Membro Suplente;

• Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini, Procuradora Regional da República, Membro Suplente.

A 5ª Câmara teve 50% de sua composição renovada. A Coordenadora Denise Vinci Tulio, o Membro Titular Rodrigo Janot, e a Membro Suplente Maria Iraneide Facchini já faziam parte da antiga composição da Câmara. Os demais membros participam pela primeira vez dessa casa revisora.

Acesse a portaria PGR nº 363 de 27 de junho de 2012 [aqui](#).

## Planejamento Temático da 5ª CCR

No dia 27 de junho de 2012, foi realizada mais uma reunião do Planejamento Temático da 5ª Câmara para alinhamento dos Objetivos Estratégicos. Estiveram presentes a Coordenadora, Denise Vinci Tulio, o Secretário Executivo e Assessores da 5ª CCR, além de representantes da Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica da PGR e da PwC Brasil.

Anteriormente haviam sido elencados 37 Objetivos Temáticos, distribuídos nas quatro perspectivas do Planejamento: Aprendizado e Crescimento, Processos Internos, Cidadão e Sociedade. Visando a integrar os Objetivos Temáticos, eles foram reorganizados em oito Objetivos Estratégicos:

1. Aperfeiçoar mecanismos de integração, troca de experiências e

parcerias com instituições de controle e fiscalização;

2. Promover a cultura de gestão da informação com foco nos resultados;

3. Aprimorar a capacitação de membros e servidores para a melhoria da defesa do patrimônio público;

4. Melhorar a produtividade no atendimento à demanda no âmbito do patrimônio público;

5. Atuar coordenadamente nos temas prioritários com foco em resultados;

6. Atuar diretamente com o cidadão de forma preventiva;

7. Reduzir a sensação de impunidade; e

8. Aprimorar a comunicação com a sociedade civil e a imprensa sobre a temática do patrimônio público.

Alguns dos objetivos antes elencados figuram agora como



Reunião do Planejamento Temático

ações a serem desenvolvidas e outros foram agrupados. Com esse planejamento, a 5ª CCR busca otimizar a sua atuação na defesa do Patrimônio Público e Social, melhorando seus processos, buscando novas ferramentas e procurando a interlocução com a sociedade a qual ela representa.

## Coordenação de Atividades entre a 5ª CCR e ESMMPU

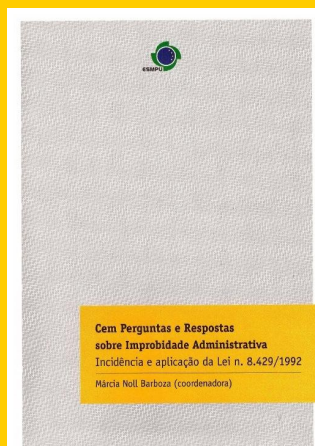
A Escola Superior do Ministério Público da União, em resposta a ofício da 5ª CCR, informou as providências que está tomando quanto aos assuntos de interesse da Câmara.

A obra "Cem perguntas e respostas sobre Improbidade Administrativa" está sendo atualizada tendo em vista nova edição em comemoração aos 20 anos da Lei de Improbidade Administrativa.

Será realizado curso sobre Improbidade Administrativa, na modalidade à distância, para servidores do Ministério Público da União, Controladoria-Geral da União e Conselho Nacional de

Justiça. Há previsão, também, de elaboração de cartilha com orientações pedagógicas, para ser inserido o tema transversal de improbidade aos alunos do ensino médio da Rede Pública de Ensino.

Com o intuito de contribuir na elaboração de Plano de Atividades do ano de 2013 da Escola Superior, a 5ª CCR deverá encaminhar sugestões de projetos acadêmicos a serem desenvolvidos pela ESMMPU para membros do Ministério Público Federal. Para isso a Câmara espera contar com as sugestões dos procuradores da República, em especial os que atuam na matéria.



Clique na Capa e acesse o livro on-line

# Base de Dados 5ª CCR

**A** 5ª CCR solicita aos membros com atuação no tema Patrimônio Público e Social, que insiram no link base de dados na página da intranet: as Portarias de Instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis Públicas, os Termos de Ajustamento de Conduta e todos os outros documentos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados neste endereço eletrônico: <http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/docs-bases-de-dados/base-de-dados>.

Na impossibilidade de alimentar a base de dados, solicita-se que sejam enviadas dúvidas de procedimento de inserção para o e-mail: [5camara@pgr.mpf.gov.br](mailto:5camara@pgr.mpf.gov.br).



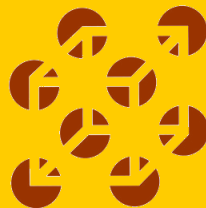
Assessoria de Coordenação - 5ª CCR  
Digitado por: Túlio César O Nunes

## 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

### Composição:

Membros Titulares: **Denise Vinci Tulio** - Coordenadora  
**Rodrigo Janot Monteiro de Barros**  
**Antônio Carlos Pessoa Lins**

Membros Suplentes: **Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini**  
**Raquel Branquinho P. Mamede Nascimento**  
**Sergio Monteiro Medeiros**



Setor de Administração Federal Sul, Quadra 04, Conjunto C  
Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305  
Brasília/DF Cep: 70050-900  
Telefone: (61) 3105-6066 / 6122 Fax: (61) 3105-6123  
E-mail: [5camara@pgr.mpf.gov.br](mailto:5camara@pgr.mpf.gov.br)  
<http://ccr5.pgr.mpf.gov.br>